



Informativo da

# Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Brasília, 27 de setembro a 11 de outubro de 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS



## Representantes de Ministérios não comparecem à audiência pública sobre auditores fiscais

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público realizou, no dia 22, audiência pública para debater a regulamentação da Lei Nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que “institui a Indenização de Fronteira para os Auditores Fiscais do Trabalho e outras carreiras”. A audiência foi realizada a pedido do Presidente da Comissão, Deputado Benjamin Maranhão (SD/PB).

O Deputado criticou a ausência dos Ministros do Planejamento, Senhor Nelson Barbosa, e da Casa Civil, Senhor Aloizio Mercadante, que declinaram o convite para participar da audiência e não mandaram representantes. “Isso é um desrespeito com a Câmara dos Deputados e uma total falta de respeito com os servidores públicos, que prestam funções tão relevantes para o funcionamento do país”, afirmou Maranhão.

O presidente da CTASP ressaltou a necessidade de se cobrar a implementação da Lei, que não está sendo cumprida pelo governo. “Esta audiência pública teria como principal objetivo dialogar sobre uma Lei que já foi devidamente sancionada, mas o governo não quer falar sobre isso”, criticou.

O Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, senhor Cláudio Oliveira, afirmou que o governo está em débito com a categoria há dois anos, e ressaltou a precariedade da fiscalização nas fronteiras, além da falta de incentivos aos auditores que trabalham nessas áreas de difícil acesso.

A falta de efetivo para fiscalizar os mais de 16 mil quilômetros de fronteiras em 11 estados brasileiros foi criticada pelo Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, senhor Wilson Antônio Romero. “O governo está fazendo contingenciamento e economia à custa de um prejuízo enorme para nação. Essa política inexistente de fronteiras gera, somente com o crime de contrabando, prejuízos da ordem de 100 bilhões de reais a cada ano”, afirmou.

Maranhão voltou a questionar a administração pública do país e afirmou que também se preocupa com as áreas de difícil acesso de fronteiras, “Ali que campeia o trabalho escravo, a prostituição forçada, exploração de menores e todas essas mazelas que mancham a imagem do Brasil no exterior”.

## Audiência pública tratará de demissões em massa na Bahia

A CTASP aprovou durante a última Reunião Deliberativa Ordinária o Requerimento 79/15, de autoria dos Deputados Arthur Oliveira Maia e Benjamin Maranhão. Os deputados solicitam realização de audiência pública para discutir as demissões em massa e atrasos no repasse salarial dos funcionários das obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), lote 5, localizada entre os municípios de Guanambi e Caetitê, na Bahia.

De acordo com Maia, as obras, iniciadas em 2010 e

com previsão de conclusão para 2017, já consumiram mais de 4,2 bilhões dos cofres públicos. Além disso, há previsão de que sejam dispensados mais de 5.800 funcionários. “A paralisação das obras da FIOL desencadeou, além dos prejuízos naturais causados pela deterioração dos recursos já empregados na obra, graves prejuízos ao mercado de trabalho baiano, pois inúmeros trabalhadores foram demitidos e outros tantos sofreram com atrasos no pagamento de seus salários”, justificou.

## Relator amplia prazo para empresas participarem de programa de proteção ao emprego

Agência Câmara Notícias - editado

O deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) apresentou na última quarta-feira (23) seu relatório à MP 680/15, que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) para permitir à empresa em dificuldade financeira reduzir a remuneração e a jornada de trabalho de seus empregados em até 30%. Como contrapartida, a companhia fica impedida por até 32 meses de demitir sem justa causa quem teve redução salarial e de jornada.

Em seu relatório, Vilela ampliou o prazo para empresas participarem do programa – de 12 meses (seis meses com uma renovação) para 24 meses. Também estendeu em um ano o período de adesão ao PPE, até 31 de dezembro de 2016. Corporações que respeitarem a cota de trabalhadores com deficiência terão prioridade. O relator incluiu 31 de dezembro de 2017 como data para extinguir o programa.

A MP estabelece regra de manutenção do vínculo trabalhista pelo tempo de adesão ao programa mais um terço. Assim, com a mudança feita por Vilela, o funcionário com salário e jornada reduzidos de uma empresa que aderir ao programa por 24 meses terá estabilidade por 32 meses.

## Aposentadoria compulsória aos 75 anos para servidor público

Agência Câmara Notícias - editado

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na última quarta-feira (23), o Projeto de Lei Complementar 124/15, do Senado, que regulamenta a aposentadoria compulsória por idade aos 75 anos para o servidor público, com proventos proporcionais. Devido às mudanças, a matéria retornará ao Senado.

O texto aprovado pelos parlamentares, por 355 votos a 32, contou com duas emendas acatadas pelo relator da matéria, deputado Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), em nome das comissões permanentes. A aposentadoria compulsória é aplicada apenas quando o servidor optar por permanecer em serviço até essa idade.

A exigência da regulamentação por meio de lei complementar derivou da Emenda Constitucional 88, de 2015, que aumentou, de forma imediata, de 70 para 75 anos o limite de aposentadoria compulsória para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

## Perfil do Parlamentar

### Deputado Augusto Coutinho



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Augusto Coutinho (Solidariedade/PE) está no seu segundo mandato como deputado federal. O parlamentar é membro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), onde já atuou como presidente; Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) e também a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Foi eleito em 2013 um dos melhores parlamentares do Brasil e um dos mais frequentes na Casa, segundo os sites da Veja e do Congresso em Foco. Atuou ainda como membro da comissão especial que discutiu a reforma política na legislatura passada, na qual apresentou projeto de unificação do calendário eleitoral.

Na Câmara, o deputado tem atuado em prol dos trabalhadores e da geração de renda, sem esquecer os criadores de empregos, atuando em políticas públicas que beneficiem a todas as demandas da sociedade. Entre os projetos de sua autoria está o que incentiva o primeiro emprego e outros voltados em defesa do consumidor. O Projeto de número 2.090/15 dispõe sobre a obrigação do fornecedor de informar a quantidade de itens de produtos colocados em promoção e quais são as lojas participantes das ofertas, evitando, assim, que os clientes sofram com falsas propagandas. Também foi indicado relator parcial (do Livro II Sociedades Empresariais) da Comissão Especial que irá dar parecer ao projeto de lei 1572, que institui o Código Comercial, relatório elogiado por juristas.

### Agenda

**29/09**

Audiência pública: Discutir o esvaziamento do quadro de funcionários da Caixa Econômica Federal

**Horário:** 14h30 **Local:** A definir

**06/10**

Audiência Pública: Debater a implantação do sistema de escritório remoto ("home-office") no serviço público.

**Horário:** 14h30 **Local:** Plenário 12

#### Informativo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Presidente: **Benjamin Maranhão (SD/PB)** | Texto e diagramação: Melina Fleury | Colaboração: Agência Câmara | Fotos: Melina Fleury | Praça dos Três Poderes – Câmara dos Deputados – Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 50 CEP: 70.160-900 Fone: (61) 3216-66805 | e-mail: ctasp.decom@camara.leg.br | Site: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ctasp>